

# SUMÁRIO

<i>Introdução</i> . . . . .	1
<b>Capítulo 1 — NATUREZA JURÍDICA</b> . . . . .	3
1.1. O <i>habeas corpus</i> como ação . . . . .	3
1.2. O <i>habeas corpus</i> como garantia . . . . .	5
1.3. O HC liberatório e o HC preventivo . . . . .	6
<b>Capítulo 2 — CONDIÇÕES DA AÇÃO</b> . . . . .	9
2.1. Possibilidade jurídica do pedido . . . . .	9
2.2. Interesse de agir . . . . .	10
2.3. Legitimação . . . . .	13
2.3.1. Impetrante . . . . .	14
2.3.1.1. Estrangeiro . . . . .	15
2.3.1.2. Pessoa jurídica . . . . .	15
2.3.1.3. Ministério Público . . . . .	16
2.3.1.4. Juiz de Direito . . . . .	17
2.3.1.5. Oposição do paciente . . . . .	18
2.3.2. Paciente . . . . .	19
2.3.3. Impetrado ou autoridade coatora . . . . .	20
2.3.3.1. O Delegado de Polícia . . . . .	21
2.3.3.2. O Ministério Público . . . . .	23

2.3.3.3. Juiz ou Tribunal . . . . .	23
2.3.3.4. O particular como coator . . . . .	25
<b>Capítulo 3 — COMPETÊNCIA . . . . .</b>	<b>27</b>
3.1. Supremo Tribunal Federal. . . . .	28
3.2. Tribunais Superiores. . . . .	29
3.2.1. Superior Tribunal de Justiça. . . . .	29
3.2.2. Tribunal Superior do Trabalho. . . . .	30
3.2.3. Tribunal Superior Eleitoral . . . . .	31
3.2.4. Superior Tribunal Militar . . . . .	32
3.3. Tribunais de Segunda Instância . . . . .	33
3.3.1. Tribunais Regionais Federais. . . . .	33
3.3.2. Tribunais de Justiça dos Estados e do DF . . .	33
3.3.3. Tribunais Regionais do Trabalho . . . . .	36
3.3.4. Tribunais Regionais Eleitorais . . . . .	36
3.3.5. Tribunais Militares Estaduais . . . . .	37
3.4. Turma Recursal dos Juizados Especiais Criminais. .	38
3.5. Juízes de primeiro grau. . . . .	39
3.6. Prisão civil. . . . .	40
<b>Capítulo 4 — PROCEDIMENTO. . . . .</b>	<b>42</b>
4.1. Petição inicial. . . . .	42
4.1.1. A impetração via fax, telegrama ou <i>e-mail</i> . . .	47
4.2. Medida liminar . . . . .	47

4.2.1. O cabimento de <i>habeas corpus</i> contra decisão que indeferiu medida liminar . . . . .	50
4.3. Informações da autoridade coatora . . . . .	51
4.4. A produção de provas . . . . .	52
4.5. A intervenção do Ministério Público, do assistente de acusação e do querelante . . . . .	55
4.6. Sentença . . . . .	56
4.7. Recurso . . . . .	58

## **Capítulo 5 — PRINCIPAIS HIPÓTESES DE CABI- MENTO DE *HABEAS CORPUS* E OS RESPEC- TIVOS MODELOS. . . . .**

5.1. Contra decisão que indeferiu a liberdade provisória em crime afiançável . . . . .	60
5.1.1. Modelo de pedido de liberdade provisória . .	61
5.1.2. Modelo de <i>Habeas Corpus</i> . . . . .	62
5.2. Contra decisão que indeferiu a liberdade provisória em crime inafiançável . . . . .	65
5.3. Contra decisão que indeferiu a liberdade provisória em crime de porte ilegal de arma . . . . .	67
5.4. Trancamento de inquérito policial ou de ação penal . .	70
5.5. Excesso de prazo da prisão provisória . . . . .	74
5.6. Recurso em liberdade . . . . .	79
5.7. Admissibilidade de recurso . . . . .	83
5.8. Fixação de regime mais brando para cumprimento de pena . . . . .	89

5.9. <i>Habeas corpus</i> no âmbito da Infância e Juventude .	94
5.10. <i>Habeas corpus</i> para interrupção de gravidez. . . . .	99
5.11. HC preventivo com pedido de expedição de salvo- conduto. . . . .	105

<b>Capítulo 6 — RECURSO ORDINÁRIO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE HC . . . . .</b>	<b>108</b>
--	------------

<i>Bibliografia . . . . .</i>	<i>111</i>
-------------------------------	------------